

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Senhor Procurador-Geral,

Senhoras e Senhores,

A qualidade, a abrangência, a riqueza de dados e a percuciente análise que compõem o relatório e os pareceres prévios de autoria de nosso eminente colega, o Ministro Ubiratan Aguiar, sobre as contas do Governo relativas ao exercício de 2006, tornam ociosos os comentários que eu poderia fazer, mas não dispensam os elogios a que S. Exa. e corpo técnico do Tribunal fazem jus.

Trata-se de um repositório de informações e avaliações indispensáveis para se traçar uma radiografia da economia nacional, da atuação administrativa do Governo brasileiro e, ao mesmo tempo, de um conjunto de dados que abrangem, tanto os aspectos positivos, quanto as carências de que o país se ressentia, examinados com rigor técnico, com objetividade científica e dotados do equilíbrio e da isenção necessárias, como de resto tem sido praxe nesta Casa.

Creio que todos nós aplaudimos, sem restrições, a estabilidade econômica, a previsibilidade política e a paz social de que desfruta o Brasil nas últimas décadas. Não podemos deixar de comemorar os avanços conquistados em inúmeras áreas de atuação governamental, relativamente aos fundamentos da economia brasileira, sua crescente inserção no comércio internacional e o desempenho de setores vitais, entre os quais ousa destacar a auto-suficiência no suprimento de petróleo que nos permite enfrentar, sem sobressaltos, as necessidades do país, já tão duramente atingidas em pelo menos duas oportunidades nas duas últimas décadas do século passado. Isto não nos exime de manifestarmos nossa preocupação quanto ao suprimento das necessidades futuras de outras fontes de energia, que podem significar um sério constrangimento do nosso desenvolvimento.

Entre os avanços já conseguidos, convém destacar ser extremamente confortável a situação das reservas internacionais do país, hoje de mais de 100 bilhões de dólares, depois de sofrermos rude golpe decorrente de uma sucessão de crises setoriais ocorridas tanto na América Latina, quanto na Rússia e na Ásia, entre 1996 e 2001. Nesse último ano as reservas atingiram seu mais baixo nível, com evidentes repercussões no desempenho econômico. A notável recuperação foi devida, ao extraordinário desempenho de nosso comércio exterior e às inversões estrangeiras, numa incontestável demonstração de confiança nos rumos da economia brasileira. Da mesma forma, nunca tantos capitais de empresas nacionais foram investidos em outros países, demonstrando tanto a capacidade gerencial de nossos empresários, quanto uma tendência ao sucesso de nossa inserção no mercado internacional, capítulo cada vez mais visível do processo de globalização que vive o séc. XXI. Entretanto, o crescimento econômico dos últimos anos, com modestos índices, mesmo em relação a nossos vizinhos da América Latina, continua a reclamar medidas que não se esgotam em projetos setoriais. A superação desse fraco desempenho requer, ao contrário, a escolha de um caminho estratégico capaz de garantir os investimentos reclamados na infraestrutura do país de que a persistente crise do setor aéreo é apenas uma das evidências dos constrangimentos que estamos vivendo.

Se os avanços na área econômica são visíveis e devem ser celebrados, sem ufanismo e com realismo, não é possível deixar de consignar os bons resultados que estão sendo colhidos com a continuidade e a ampliação dos programas de assistência social. Seus resultados são relevantes na busca da superação dos níveis de desigualdade de nossa população e na erradicação dos bolsões de pobreza que nos angustiam e ainda nos envergonham. O capítulo do Relatório do nosso eminente colega, Ministro Ubiratan Aguiar relativo à previdência social e a seu futuro, com as recomendações que o acompanham devem ser lidos com preocupação, mas também com atenção, na medida em que estamos empenhando o futuro das gerações vindouras. Louvo mais uma vez S. Exa. por seu descortino, de resto presente em todo o texto de seu brilhante trabalho.

Permito-me também chamar a atenção para dois aspectos que, de algum tempo até esta data, parecem preocupar a opinião pública e despertar, ao mesmo tempo, indignação, insatisfação e revolta entre todos brasileiros, sem exceções. O primeiro deles nos diz respeito mais de perto. Refiro-me aos instrumentos preventivos da ética e da exação no emprego e utilização dos recursos públicos, de que este Tribunal é a mais alta instância, ao lado de instituições de reconhecido protagonismo, como o Ministério Público, a Controladoria Geral da União, a Secretaria da Receita Federal, o Comitê de Atividades Financeiras, COAF e o Departamento de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça. A ação repressiva, conduzida sem dúvida com êxito, mas nem sempre com a o equilíbrio, a serenidade e a discrição desejáveis, parece estar contribuindo para transmitir a toda a sociedade a sensação de inoperância dos mecanismos de prevenção dos desvios de conduta cada vez mais generalizados, quer na esfera penal, quer na esfera administrativa. Talvez seja o caso de indagarmos de que vale, por exemplo, a obrigação legal de todos os agentes públicos que ocupam cargos de direção entregarem anualmente a cópia de suas declaração de rendimentos e bens aos órgãos de pessoal do Serviço Público Federal, se não forem elas confrontadas com os sinais exteriores de riqueza que muitos deles exibem publica e impunemente. A peça do Ministro Ubiratan Aguiar faz referência objetiva e precisa à questão orçamentária, cuja mecânica todos nós conhecemos, mas cuja correção, infelizmente, não se insere na esfera de nossas atribuições.

O segundo aspecto que atualmente mais inquieta e atemoriza os cidadãos é a crescente onda de violência, hoje generalizada mesmo além das grandes conurbações, contaminando o interior do país, tradicional reduto de calma e convivência pacífica do nosso povo. Tal como está ocorrendo entre nós, é uma tendência generalizada em inúmeros outros países igualmente vítimas desse mal, clamarem sempre pelo agravamento das penas, o aumento da repressão e o emprego de métodos cada vez mais violentos e letais, de que as maiores vítimas são sempre os inocentes. Outro recurso tem sido o de reclamar sempre a ampliação dos efetivos da segurança pública. Não são poucas as autoridades que se comprazem em posar ao lado de frotas cada vez mais reluzentes de viaturas policiais, como se disso, e não de políticas públicas mais eficientes dependesse a diminuição dos índices de criminalidade. O relatório do Ministro Ubiratan Aguiar contém útil e precisa avaliação da atuação federal na área de segurança pública, que, à semelhança dos demais tópicos, também merece atenção.

Ouso manifestar a opinião de que, nessa matéria, estamos atacando os efeitos, sem remover as causas. E isto requer, mais que uma reflexão, atuação pertinaz e coordenada entre todos os entes federativos que apenas começa a ser ensaiada.

Explicitamente quanto às questões orçamentárias em que as conclusões do Relatório são igualmente exemplares, permito-me pinçar apenas um exemplo, que peço vênha para referir-me. Aludindo à consistência necessária entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do orçamento anual, o eminente relator destaca que “Cerca de 30% das ações definidas na LDO como prioritárias não foram sequer acolhidas pela LOA. Outras, ainda que incluídas no orçamento, não foram executadas em 2006”. É advertência que requer atuação conjugada do governo e de sua maioria no Congresso Nacional.

De igual importância são as observações relativas à política de pessoal, há muito negligenciada. Uma delas, ao tratar do histórico do crescimento das despesas com pessoal nos últimos seis anos, mostra que, enquanto no ano de 2003, em relação a 2002, o crescimento foi de apenas 5%, no ano eleitoral de 2006, sobre 2005, a expansão foi 4 vezes maior, atingindo 22%. Assim também, no pertinente aos gastos com serviços terceirizados, sabida fonte de arbítrio e abusos. Em 2006, atingiram o total de R\$7,6 bilhões, cerca de 1% superior ao de 2005. O abuso não está na proporção do aumento, mas na relação de gastos com terceirização, em relação às despesas com pessoal. No Ministério do Esporte foi de 502%, no Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, de 281%, e no de Turismo de 105%, situação que merece correção imediata.

Senhor Presidente,

Srs. Ministros,

Sr. Procurador Geral,

Avançando mais do que devia, e mais ainda do que queria, terminei por estender-me em considerações dispensáveis que não tiveram outro intuito senão o de demonstrar a excelência e a qualidade desta peça que constitui uma das mais importantes atribuições constitucionais deste Tribunal. Por isso, peço a V. Exas. que minha intervenção seja vista apenas como um tributo prestado ao empenho, à dedicação e à competência que todos nós reconhecemos em nosso eminente colega o Ministro Ubiratan Aguiar cuja presença honra as mais altas tradições desta Casa.

Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 19 de junho de 2007.

GUILHERME PALMEIRA

Ministro